



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
Coordenação de Gestão Estratégica e Planejamento

ATA DE REUNIÃO

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ MINISTERIAL DE GOVERNANÇA - CMG DE 2025

Assunto: 4ª Reunião Ordinária do Comitê Ministerial de Governança - CMG de 2025.

Local: Salão Nobre

Data: 15/12/2025 **Horário:** 11h45 às 14h

Membros Presentes:

- **Gabinete do Ministro - GM**

Titular: **Frederico de Siqueira Filho**

Cargo: Ministro de Estado das Comunicações

- **Secretaria-Executiva - SEEXEC**

Titular: **Sônia Faustino Mendes**

Cargo: Secretária-Executiva

Substituto: **Luciano de Mendonça Fonseca**

Cargo: Secretário-Executivo Adjunto - Substituto

- **Secretaria de Radiodifusão - SERAD**

Titular: **Wilson Diniz Wellisch**

Cargo: Secretário de Radiodifusão

- **Secretaria de Telecomunicações - SETEL**

Titular: **Hermano Barros Tercius**

Cargo: Secretário de Telecomunicações

- **Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI**

Titular: **Gustavo Henrique de Souto Silva**

Cargo: Subsecretário de Tecnologia da Informação

Demais Convidados:

Adriana Silva Pereira, Assessora Técnica da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/GM;
Amanda de Jesus Alves, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta - CGGM/GM;
Ana Beatriz Souza Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva - GABEX/SEXEC;
Bruno Dantas Faria Afffonso, Ouvidor - OUV/GM;
Daniela Gonçalves Garcia, Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro - GM;
Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal - DEPUB/SERAD;
Danilo Batista Soares, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR/GM;
Eduardo Takafashi de Alcantara, Diretor do Departamento de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital - DEPIN/SETEL;
Fernanda Rufino de Moura Oliveira, Assistente do Gabinete do Ministro - GM;
Gil Pinto Loja Neto, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI/GM;
Gustavo Teixeira Amorim Gonçalves, Assessor Técnico da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SEEXEC;
Jeferson Fued Nacif, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASINT/GM;
Juliano Stanzani, Diretor do Departamento de Política Setorial - DESET/SETEL;
Kleber Watanabe Cunha Martins, Corregedor - CRG/GM;
Ludymilla Cristinne dos Santos Chagas, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD/GM;
Marcelo Alves da Silva, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação - DEINV/SETEL;
Marcelo Romão Manhães de Azevedo, Chefe de Gabinete da Secretaria de Telecomunicações - GATEL/SETEL;
Munique Valéria de Souza, Assessora Técnica da Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD/GM;
Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada - DERAP/SERAD;
Paloma Teixeira Mendes, Coordenadora de Gestão Estratégica e Planejamento - COGEP/CGPOF/SPOA;
Tawfic Awwad Junior, Diretor do Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização - DEIRF/SERAD;
Tiago Linhares Dias, Consultor Jurídico Adjunto - CONJUR;
Thiago Cosmo Lucena, Assessor da Secretaria-Executiva - SEXEC;
Vantuyl Barbosa Junior, Subsecretário de Governança das Entidades Vinculadas Substituto - SEVI/SEXEC; e
Vinícius Santos Bomediano Nogueira, Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM/GM.

PAUTA

- 1. SECRETARIA-EXECUTIVA - SEXEC:**
 - 1.1. Principais Ações da Subsecretaria de Governança das Entidades Vinculadas - SEVI;
 - 1.2. Principais Ações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA; e

- 1.3. Principais Ações da Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI.
2. **SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD:**
- 2.1. Principais Ações da Secretaria de Radiodifusão - SERAD.
3. **SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES - SETEL:**
- 3.1. Principais Ações da Secretaria de Telecomunicações - SETEL.
4. **GABINETE DO MINISTRO - ASSESSORIAS:**
- 4.1. Entregas da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI;
- 4.2. Entregas da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASINT;
- 4.3. Entregas da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR;
- 4.4. Entregas da Assessoria da Participação Social e Diversidade - ASPAD; e
- 4.5. Entregas da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM;

ABERTURA

Satisfazendo o quórum mínimo de representatividade, e em respeito ao que preconiza o Art. 6º da Portaria nº 20.054, de 10 de outubro de 2025, a reunião teve início às 11h45, pelo Presidente do Comitê Ministerial de Governança - CMG, o Ministro de Estado, Sr. Frederico Siqueira Filho, que saudou aos presentes e iniciou os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária do CMG no ano de 2025.

O Ministro de Estado, Sr. Frederico Siqueira Filho, iniciou a reunião agradecendo à presença de todos os participantes, destacando que o Ministério das Comunicações - MCom vive um momento favorável de posicionamento dentro do Governo Federal, uma vez que seu papel vem sendo reconhecido como estratégico na área de infraestrutura, especialmente no que se refere à inclusão digital como elemento de apoio transversal a outros Ministérios.

Ressaltou que o principal desafio do momento consiste em tangibilizar os resultados das ações desenvolvidas, demonstrando de forma objetiva e mensurável o impacto dessas políticas públicas na vida da população e no desenvolvimento econômico do país. Tal necessidade torna-se ainda mais relevante em razão da reunião ministerial prevista para a quarta-feira subsequente, na qual será realizada apresentação ao Presidente da República, com tempo e material limitados, exigindo clareza, objetividade e foco em resultados concretos.

Foi enfatizada a importância de demonstrar não apenas a execução das iniciativas, como a conclusão de Infovias, Comunidades Conectadas e Projetos de Infraestrutura, mas sobretudo evidenciar se tais ações estão efetivamente em funcionamento e gerando benefícios reais à população, especialmente considerando o uso de recursos públicos. Apontou-se a necessidade de superar uma abordagem excessivamente técnica, priorizando uma comunicação orientada ao impacto social e ao desenvolvimento econômico.

Foram citadas como exemplos de iniciativas relevantes o fortalecimento da infraestrutura de telecomunicações com recursos do FUST, a transformação tecnológica da radiodifusão no Brasil, incluindo a implementação da TV 3.0, bem como projetos voltados à conectividade em áreas rurais, remotas e ribeirinhas, além de programas de inclusão digital. Contudo, reforçou-se que tais ações precisam ser traduzidas em informações acessíveis e compreensíveis para públicos externos ao MCom, incluindo outros órgãos do governo, formadores de opinião e a população em geral.

Destacou também o papel estratégico da área de comunicação institucional, com o desafio de transformar o trabalho técnico das equipes em informações assertivas, claras e de fácil entendimento, contribuindo para a melhoria da percepção pública do MCom das Comunicações e de sua relevância social.

No que se refere ao planejamento futuro, foi ressaltado que o ano de 2026 deverá ser encarado como um período de consolidação e colheita dos resultados das políticas já implementadas, não sendo o momento para a criação de novas iniciativas estruturantes. Entre as ações em andamento que demandam atenção e conclusão, mencionaram-se o Projeto de Cabo Submarino, a Política de Data Centers

e o Plano Nacional de Inclusão Digital, o qual vem recebendo críticas e necessita de avaliação e eventual reposicionamento estratégico.

Por fim, foi informado que, ao término da reunião, seriam iniciadas as apresentações das áreas, as quais deveriam ser realizadas de forma objetiva e dentro do tempo estipulado, a fim de possibilitar a validação do material que será apresentado na reunião ministerial, conforme solicitação da Casa Civil. Reforçou-se que os conteúdos apresentados devem ser compreensíveis inclusive para leitores que não detenham conhecimento técnico prévio sobre os temas abordados.

CONSIDERAÇÕES

A Sra. Ludymilla Cristinne dos Santos Chagas, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD deu início às apresentações enfatizando as atribuições institucionais da ASPAD, destacando sua organização interna em cinco eixos centrais, quais sejam: (i) internalização da participação social no MCom; (ii) disseminação da inclusão digital, com foco na promoção da equidade e do acesso às tecnologias; (iii) internalização da diversidade e dos direitos humanos, incorporando políticas transversais produzidas por outros Ministérios, de modo que as telecomunicações e a radiodifusão atuem no combate às desigualdades; (iv) articulação federativa e interministerial, em diálogo com órgãos públicos e organizações da sociedade civil localizadas nos municípios e territórios; e (v) territorialização das políticas públicas, com atuação em comunidades vulnerabilizadas e ampliação da presença institucional.

Foi relatado que, ao longo do ano de 2025, a ASPAD promoveu diversas campanhas e iniciativas institucionais voltadas à comunicação e à sensibilização interna, visando adequar a linguagem das políticas públicas executadas pelo MCOM ao público destinatário. Em destaque, mencionou a campanha "Dezembro Vermelho", realizada por meio do Programa Computadores para Inclusão, em parceria com a Secretaria de Telecomunicações - SETEL, que resultou na doação de computadores a organizações que acolhem e atuam no combate ao HIV/AIDS, com divulgação do material nas redes sociais institucionais no Dia Nacional dos Direitos Humanos.

Quanto às entregas institucionais, informou que a ASPAD assumiu papel central na articulação das doações de computadores, atividade em construção desde 2023, tendo como principal instrumento de atuação o Programa Computadores para Inclusão, em razão de seu contato direto com a sociedade civil. No ano de 2025, foram realizadas articulações com Ministérios responsáveis por políticas transversais, entidades sociais e projetos comunitários, viabilizando a instrumentalização de diversos espaços por meio da doação de equipamentos. Para o ano de 2026, encontra-se programada a doação de 2.179 (dois mil cento e setenta e nove) computadores, em articulação com a Fundação Cultural Palmares, no âmbito do pacote de políticas públicas Periferia Viva, envolvendo, entre outros, os Ministérios das Cidades, da Cultura, do Turismo, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

No que se refere à interlocução com a sociedade civil, registrou-se o acompanhamento direto de mais de 30 (trinta) organizações ao longo de 2025, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais e remanescentes quilombolas. Destacaram-se audiências com organizações indigenistas, a participação do Ministro no Conselho Nacional de Promoção das Políticas Indigenistas, bem como reuniões com o Conselho Nacional dos Quilombos do Brasil - CONAQ e federações quilombolas. Como resultado, em 20 de novembro, foram doados 139 (cento e trinta e nove) computadores a 29 (vinte e nove) comunidades quilombolas no estado de Alagoas. Também foram mencionadas ações junto a organizações religiosas, incluindo religiões de matriz africana, organizações LGBTQIAPN+, coletivos periféricos e culturais, em consonância com os Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo MCom.

Foi ressaltado, ainda, o diálogo com o Ministério da Cultura e com organizações reconhecidas como pontos de cultura em territórios periféricos, bem como o apoio a movimentos juvenis, educacionais, marchas e manifestações sociais. Destacou-se, como marco institucional, a garantia de conectividade, pela primeira vez, em manifestações sociais, incluindo a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras.

Em termos quantitativos, a ASPAD registrou, em 2025, o atendimento de mais de 500 (quinhentas) demandas, a entrega direta de aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) computadores, a articulação de 2.139 (dois mil cento e trinta e nove) computadores para entregas em 2026, a participação ativa em mais de 15 (quinze) eventos nacionais e a interação institucional com mais de 10 (dez)

Ministérios. Também foi destacada a consolidação das políticas de diversidade no âmbito do MCom, por meio de ações de sensibilização interna, eventos e lançamento de cartilhas, além da coordenação do edital de seleção da sociedade civil para o GTIP-NID.

Foram apontados como desafios para 2026 a ampliação da presença territorial em regiões remotas, o fortalecimento da integração federativa e a criação de um mecanismo próprio de participação social no MCom, como conselho, colegiado ou espaço conferencial, considerando que atualmente o principal instrumento existente é o grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano Nacional de Inclusão Digital.

Por fim, foram apresentadas as ações previstas para 2026, dentre as quais: participação em duas conferências nacionais (Conferência Nacional das Cidades e Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável); assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Igualdade Racial, com foco na instrumentalização das Casas de Igualdade Racial; lançamento do Mapa da Conectividade Quilombola, previsto para o mês de março; participação no Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU; e articulação para a entrega de computadores à etnia Tikuna, no Alto Solimões.

O Sr. Danilo Batista Soares, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR continuou às apresentações expondo sobre a atuação da ASPAR, a qual se dá, majoritariamente, sob demanda, atendendo solicitações de agenda, pedidos de informação e acompanhamento de processos administrativos do MCom, provenientes de parlamentares e de entes federativos, incluindo governos estaduais, municipais, vereadores e demais representantes locais. Registrou que, em diversas ocasiões, representantes da sociedade civil acompanham tais autoridades, especialmente em agendas realizadas com prefeitos e vereadores.

Na sequência, foi apresentado o balanço das audiências realizadas pelo Ministro ao longo do ano, contemplando encontros com senadores, deputados federais e estaduais, bem como com gestores públicos locais. Informou que as demandas apresentadas estão, em sua maioria, relacionadas ao setor de telecomunicações, destacando-se o aumento significativo de solicitações referentes à instalação de antenas e à ampliação da cobertura de redes 4G e 5G em localidades ainda não atendidas, especialmente em áreas mais afastadas.

Foi observado que a maior celeridade na tramitação e resolução dos processos administrativos tem contribuído para a redução da necessidade de solicitações de reuniões presenciais, uma vez que os demandantes percebem maior efetividade no andamento dos pleitos apresentados.

A ASPAR também relatou sua atuação no âmbito das Caravanas Federativas, em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais - SRI. Foi informado que o Ministro participou recentemente de duas edições dessas caravanas, realizadas em Foz do Iguaçu e em Belo Horizonte, ocasiões em que foram atendidos gestores municipais e estaduais, com média de 70 (setenta) a 90 (noventa) atendimentos por evento, voltados à apresentação e esclarecimento sobre programas do MCom.

Destacou, ainda, o lançamento de um selo comemorativo em Foz do Iguaçu, realizado a pedido da prefeitura local, com articulação direta junto aos Correios, bem como o fortalecimento das ações de doação de computadores, que têm sido cada vez mais demandadas pelos entes locais, inclusive com solicitação de replicação dessas iniciativas em outros municípios, como Belo Horizonte.

Foi registrada a participação da ASPAR no Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, realizado em março de 2025, em Brasília, ocasião em que foram realizados aproximadamente 229 (duzentos e vinte e nove) atendimentos a gestores municipais, tratando de programas do MCom e de pautas legislativas de interesse dos entes federativos.

Por fim, foi destacada a atuação conjunta da ASPAR com as Secretarias Finalísticas e com a CESec, especialmente no atendimento a demandas relacionadas a projetos de lei, requerimentos de informação e demais solicitações do Congresso Nacional. Ressaltou-se a necessidade, em determinados casos, de observância a prazos reduzidos, em razão de cobranças oriundas da liderança do governo e de instâncias como a CEPAC, a fim de subsidiar o posicionamento e a defesa institucional do MCom no âmbito do Poder Legislativo.

O Sr. Jeferson Fued Nacif, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASINT, apresentou um panorama geral das atividades desenvolvidas pela ASINT ao longo do período,

destacando a realização de 12 (doze) missões internacionais, nas quais ocorreram mais de uma centena de reuniões internacionais, incluindo encontros bilaterais com governos, organismos internacionais e empresas. Informou-se que, no exercício, foram assinados 8 (oito) memorandos de entendimento, encontrando-se outros sete em fase de negociação, alguns por iniciativa própria do Ministério, outros motivados por demandas de parceiros internacionais e outros ainda a pedido do Ministério das Relações Exteriores.

Foram detalhadas as principais missões realizadas, iniciando-se pelo Mobile World Congress, em Barcelona, maior evento internacional do setor de telecomunicações, seguido de reuniões bilaterais com Marrocos, Japão e Canadá. Destacou-se, ainda, a participação do Ministro em missão presidencial ao Vietnã, bem como as reuniões preparatórias da comitiva presidencial para a visita do Presidente da República à China, realizada em junho. Em todas as missões, buscou-se promover reuniões com autoridades governamentais, empresas e a assinatura de memorandos de entendimento.

Registrou a participação no Congresso da União Postal Universal, ocasião em que o Brasil foi eleito para o Conselho de Administração e para o Conselho de Operações Postais, além da assinatura de memorando de entendimento com a Arábia Saudita. Foi mencionada, ainda, a participação do Ministro no International Broadcasting Convention (IBC), em Amsterdã.

No âmbito do G20, informou que, mesmo após o encerramento da presidência brasileira, o Ministro participou, na condição de integrante da Troika, da reunião do Grupo de Economia Digital, realizada na Cidade do Cabo, África do Sul. Esclareceu-se que, diferentemente das edições anteriores, não foi aprovada uma declaração ministerial, tendo sido publicada apenas uma nota do "chair", que não reflete consenso entre os participantes. Ressaltou-se a expectativa quanto à presidência dos Estados Unidos em 2026, ainda aguardando o envio das notas conceituais pelo país anfitrião.

Foi relatada a participação na Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações, realizada em Baku, no Azerbaijão, destacando-se a importância da retomada da participação do Ministério nessas conferências, em articulação com a Anatel e representantes do setor privado, bem como a relevância dessa presença para as futuras conferências de plenipotenciários.

Quanto à atuação no âmbito dos BRICS, registrou-se que o Brasil exerceu a presidência do bloco e que, durante a cúpula, foi assinado memorando de entendimento com a China para o desenvolvimento conjunto do sistema de navegação Beidou, com vistas à ampliação de aplicações tecnológicas e à redução da dependência do sistema GPS norte-americano.

Foi mencionado que o Brasil sediou a reunião da UPAEP, em São Luís, preparatória para o Congresso da entidade, reforçando a liderança brasileira no setor postal na região. Também foi destacada a participação do MCom na COP30, ainda que com agenda reduzida, ressaltando a importância da presença ministerial para entregas institucionais, participação em eventos e articulações com diversos órgãos.

A partir do conjunto das relações internacionais, foi apontado que a China se mantém como principal parceiro do Brasil, seguida por Japão e Estados Unidos. Foram citados memorandos firmados com Marrocos, Japão, China, Uruguai, Arábia Saudita (dois memorandos, um do setor postal e outro de TICs em geral) e Índia, também no setor postal.

Em relação às iniciativas em curso, informou-se sobre a revisão do estudo Interpares, originalmente realizado com a OCDE em 2020, à época envolvendo o então MCTI. O novo estudo abrangerá os setores de telecomunicações, radiodifusão e a parte regulatória, em articulação com a Anatel. A previsão é de início dos trabalhos em 2026, com entrega dos resultados até março de 2027.

Foram mencionados memorandos ainda em negociação, cujo avanço depende, em alguns casos, da realização de reuniões ministeriais ou presidenciais, a exemplo das tratativas com a Jordânia, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores.

No tocante à atuação em organismos internacionais, destacou-se a necessidade de articulação interna entre as diversas áreas do MCom, com vistas a ampliar e qualificar a participação institucional em organismos como UNESCO, UIT, OCDE e MERCOSUL. Ressaltou-se a relevância de maior engajamento nos grupos de trabalho da UIT, especialmente nos temas de desenvolvimento, radiocomunicação e definição de frequências, considerando que a próxima conferência mundial ocorrerá em 2027, na China. Foram citadas, ainda, as comissões temáticas do MERCOSUL relativas a serviços postais e radiocomunicação.

Tratou-se também da candidatura do Secretário Baigorri ao cargo de Vice-Secretário-Geral da UIT, ressaltando-se a importância da participação do Ministro e da Secretária-Executiva em eventos estratégicos de alto nível, como a Assembleia Geral da Comissão Interamericana de Telecomunicações - CITEL, prevista para março, na Costa Rica, como forma de reforçar o apoio institucional do governo brasileiro.

Por fim, foram apontados como principais desafios para 2026 a finalização da conectividade com a Colômbia, em Tabatinga, no âmbito da Infovia 02, bem como o desenvolvimento de uma diplomacia de conectividade regional, especialmente na Amazônia, considerando as limitações geográficas existentes. Destacou-se, ainda, a importância de instrumentalizar os memorandos de entendimento já assinados, colocando a Assessoria Internacional à disposição da SETEL, SERAD e SEXEC para apoio técnico, troca de informações e realização de reuniões com países parceiros.

O Sr. Vantuyt Barbosa Junior, Subsecretário de Governança das Entidades Vinculadas Substituto - SEVI, declarou, no que se refere aos serviços postais, o esforço regulatório realizado ao longo do ano, com ênfase na publicação do decreto que regulamenta a Lei Postal. Ressaltou que o regulamento anterior havia sido revogado há vários anos, havendo, portanto, lacuna normativa que foi suprida por essa nova regulamentação, a qual trouxe modernização e ajustes às possibilidades de atuação dos Correios. Como desdobramento interno, foi mencionado o trabalho de revisão e consolidação das portarias do M, com a elaboração de duas novas minutas em fase de finalização e análise jurídica, que consolidam dez portarias anteriores, além da revisão e consolidação de outras sete portarias atualmente em andamento.

Outro ponto relevante apresentado foi a atuação relacionada aos pleitos tarifários dos Correios, com destaque para a revisão tarifária por meio de portaria que recompôs aproximadamente 45% da receita referente às tarifas de contratos de cartas, franqueamento para grandes clientes e malotes. Informou-se, ainda, que se encontra em fase final de elaboração uma nova portaria que estabelece a metodologia de cálculo tarifário, desenvolvida em conjunto com o Ministério da Fazenda e os Correios, aguardando análise jurídica para posterior publicação.

Em seguida, foi abordado o trabalho do Grupo de Trabalho para Revisão do Arcabouço Legal Postal, cujo prazo foi prorrogado por meio de portaria recentemente assinada. O grupo já realizou sua primeira reunião e possui prazo de um ano para conclusão dos trabalhos, estando organizado em três frentes principais: (i) elaboração de projeto de lei; (ii) definição da metodologia de cálculo do custo do Serviço Postal Universal, conforme previsto no decreto; e (iii) revisão do contrato de gestão do Serviço Postal Universal com os Correios. Ressaltou-se que a atual situação financeira da empresa conferiu maior urgência às atividades do grupo.

Foi esclarecido que os Correios já dispõem de uma metodologia para cálculo do custo do serviço postal universal, baseada em normas internacionais e experiências adotadas em outros países. O papel do Ministério, no âmbito do grupo de trabalho, consiste em definir os critérios que deverão nortear esse cálculo e avaliar se a metodologia apresentada atende a tais critérios, com vistas à sua eventual homologação. Destacou-se que já foram realizados estudos comparativos internacionais (benchmarking) e que o trabalho encontra-se em estágio avançado, sendo a definição final dos critérios uma das principais entregas previstas, com expectativa de conclusão até janeiro de 2026.

Também foi debatida a necessidade de revisão dos critérios de universalização dos serviços postais, considerando as transformações do mercado, o avanço da digitalização e o aumento da concorrência. Registrou-se que os critérios atualmente vigentes foram definidos em contexto distinto do atual e que sua manutenção impacta diretamente os custos da universalização, hoje não plenamente compensados pelas receitas dos Correios. Nesse sentido, discutiu-se a necessidade de avaliar alternativas para redução de custos, flexibilização operacional e ampliação de receitas, inclusive por meio de novos serviços digitais, aproveitamento da capilaridade da empresa e multifuncionalidade de sua força de trabalho.

Foi ressaltada, ainda, a abertura de uma auditoria ordinária do Tribunal de Contas da União - TCU, que avalia, entre outros aspectos, o custo da universalização do serviço postal. Destacou-se que essa auditoria representa uma janela de oportunidade para validação dos critérios e da metodologia de cálculo, o que poderá subsidiar futuras decisões, como a celebração de contrato de gestão ou eventual subsídio para a manutenção da política pública.

Na sequência, foram mencionados aspectos da atuação internacional no setor postal,

destacando-se os acordos assinados nesse âmbito, em especial com a Índia, país com o qual o Brasil vem fortalecendo parcerias estratégicas. Foi reiterada a importância da participação do Brasil em eventos internacionais, como a reunião preparatória da UPAEP, realizada em São Luís, e o Congresso da União Postal Universal (UPU), no qual o Brasil se destacou, sendo eleito para o Conselho de Administração e para o Conselho de Operações Postais, além de ter sido o país mais votado da região. Informou-se, ainda, que o Brasil assumirá, em conjunto com a Índia, a presidência da Comissão de Gestão de Trabalho da UPU e que recebeu, em 2025, o prêmio de país da América Latina com o melhor índice de desenvolvimento postal.

Foi apresentado, também, o avanço do projeto dos Correios no âmbito do Programa Periferia Viva, que consistiu na atribuição de CEP geral a todos os territórios contemplados pelo programa, entrega concluída em outubro de 2025, com previsão de desdobramento em 2026 para ampliação ao nível de logradouro nos 59 (cinquenta e nove) territórios atendidos.

Por fim, no âmbito da SEVI foi abordado o processo de independência da Telebrás, conduzido pela Coordenação-Geral de Governança. Informou-se que, em setembro de 2025, foi assinado o contrato correspondente, tendo sido iniciado o processo de monitoramento em articulação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a própria Telebrás. Destacou-se o planejamento para contratação de duas consultorias, com o objetivo de revisar o plano de negócios da empresa e desenvolver metodologia de acompanhamento do contrato. Foi mencionada, ainda, a elaboração de portaria para instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da Telebrás, atualmente em análise jurídica, bem como a necessidade de definição de fluxos e processos para o aprimoramento da governança e do acompanhamento contratual.

O Sr. Luciano de Mendonça Fonseca, na qualidade de Subsecretário da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA iniciou a apresentação pela estrutura organizacional da SPOA, que é composta por três Coordenações-Gerais: Gestão de Pessoas; Planejamento, Orçamento e Finanças; e Recursos Logísticos.

No âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, foram abordados os seguintes pontos: (i) a Portaria de Universalização, elaborada em conjunto com os Correios, destacando-se que eventuais revisões poderão ser necessárias em função de futuros desdobramentos relacionados à empresa; (ii) a recomposição da folha de pagamento em razão do retorno de aposentados e pensionistas, bem como de servidores oriundos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o que resultou em aumento significativo da despesa com pessoal; (iii) a regularização de vínculos decorrente da nova estrutura organizacional implementada em julho, com a realização de apostilamentos e nomeações; (iv) o dimensionamento da força de trabalho, realizado em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), abrangendo 49 (quarenta e nove) unidades, com vistas a subsidiar eventual solicitação de concurso público e otimizar a distribuição interna de servidores; (v) a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), com servidores em regime presencial, híbrido e de teletrabalho, destacando-se os critérios de avaliação, acompanhamento de entregas e retorno ao presencial em caso de desempenho insatisfatório; (vi) os desafios relacionados aos servidores anistiados, em razão da idade avançada, limitações de adaptação a processos digitais e dificuldades previdenciárias, ressaltando-se tratar-se de uma questão transversal à Esplanada dos Ministérios; e (vii) as ações de capacitação e desenvolvimento, com registro de 176 (cento e setenta e seis) ações realizadas em 2025 e previsão de 183 (cento e oitenta e três) para 2026, além de iniciativas voltadas à qualidade de vida, modernização de processos, concessão de aposentadorias e pensões, e ações de integridade, ouvidoria e enfrentamento à discriminação.

Na sequência, foram apresentados os dados da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF, incluindo o quadro orçamentário com informações sobre dotações, valores bloqueados, empenhados, liquidados e pagos. Destacou-se a implantação do sistema “MCom Visão”, voltado ao monitoramento do planejamento estratégico, dos projetos estratégicos e da gestão de riscos, bem como a integração entre o planejamento institucional e o Plano Plurianual (PPA). Também foram mencionadas as atribuições relacionadas à elaboração de relatórios institucionais, relatório de gestão, mensagem presidencial e prestação de contas.

Quanto à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, foram apresentados os dados relativos a licitações, contratos, execução orçamentária e financeira, diárias e passagens, bem como prestação de contas de convênios. Informou-se que, em 2025, foram realizadas diversas contratações por

meio de pregões, dispensas e inexigibilidades, e que há previsão de novas contratações para 2026, conforme demandas das áreas finalísticas. Foram destacados os principais contratos firmados, os limites financeiros envolvidos e a observância das normas de integridade. Também foram apresentados os números gerais da execução financeira, incluindo processos concluídos, pagamentos realizados, empenhos, descentralizações de créditos, repasses, emissão de passagens e execução do plano anual de viagens.

Ao final, foram prestados esclarecimentos adicionais ao Senhor Ministro e aos participantes, reforçando-se o compromisso da SPOA com a eficiência administrativa, a transparência e o apoio às áreas finalísticas do MCom.

O Sr. Gustavo Henrique de Souto Silva apresentou as contratações realizadas e previstas, ressaltando-se que, no exercício corrente, em razão das limitações orçamentárias, houve basicamente a renovação de contratos essenciais. Para o exercício de 2026, encontram-se previstas 12 (doze) contratações, concentradas na manutenção da infraestrutura tecnológica existente.

Entre os contratos essenciais, foram mencionados o licenciamento Microsoft, os serviços de sustentação de tecnologia da informação (níveis N1, N2 e N3), abrangendo atendimento remoto, suporte técnico especializado e sustentação do ambiente tecnológico, bem como a modernização do arquivo físico, área na qual o Ministério se consolidou como referência. Destacou-se ainda o uso recorrente de atas de registro de preços como estratégia para viabilizar futuras contratações conforme disponibilidade financeira.

Na sequência, foram apresentadas as principais entregas da área, com destaque para as ações regulatórias e regulamentares relacionadas à privacidade e à segurança da informação, conduzidas em alinhamento com o Ministério da Gestão e da Inovação. Foi informado que o Ministério se encontra entre os órgãos de referência da Esplanada nesse tema, figurando entre os cinco com melhor desempenho, fruto de uma gestão contínua e estruturada, sem registro de incidentes relevantes.

Ressaltou-se que atualmente existem 37 (trinta e sete) contratos ativos na área de tecnologia, abrangendo softwares, hardwares e serviços, muitos dos quais terão vigência encerrada no próximo exercício, sendo avaliadas alternativas, inclusive em parceria com a Telebrás, para eventual prestação de serviços. Destacou-se a adoção do modelo de custeio por serviços, em substituição à aquisição de ativos.

Foi apresentada a evolução e implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com atualizações realizadas ao longo do ano, contribuindo para a desburocratização, maior interação do cidadão com a Administração Pública e significativa redução dos prazos de tramitação processual. Informou-se, ainda, o investimento realizado em infraestrutura de armazenamento de dados, especialmente em razão da incorporação de acervos provenientes do MCTI e da ampliação dos processos digitais.

O expositor esclareceu a estrutura da área, composta por duas coordenações: a Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e a Coordenação-Geral de Gestão da Informação, responsável pelo SEI e pelo arquivo físico. Nesse ponto, foi apresentado o processo de modernização do arquivo físico, atualmente dotado de sistema deslizante, controle de temperatura e monitoramento, tornando-se referência nacional, apesar de desafios pontuais relacionados à infraestrutura predial.

Foram destacados números expressivos relacionados à digitalização de processos e à ampliação da capacidade de armazenamento, evidenciando o impacto das iniciativas de modernização administrativa.

Na área de apoio às políticas públicas, foram apresentadas soluções tecnológicas desenvolvidas para áreas finalísticas, com foco no cidadão. Dentre elas, destacaram-se os sistemas de chamamento público do FUST, que permitiram automatizar o recebimento, ranqueamento e análise de propostas, bem como o sistema de gestão do GESAC, atualmente em fase de homologação, destinado à gestão de implantação, custos e pagamentos do programa. Também foi mencionado o sistema de gestão de editais e leilões da SERAD, contribuindo para maior eficiência e transparência.

Foi apresentada, ainda, solução inovadora baseada em inteligência artificial, recentemente demonstrada, com a utilização de agentes de IA para degravação automática de mídias, alcançando elevado nível de assertividade, o que permitirá a realocação de equipes para atividades mais estratégicas. A

inteligência artificial também foi treinada com o arcabouço normativo interno do Ministério, possibilitando consultas especializadas, apoio a processos de outorga, geração automática de notas técnicas e suporte a servidores recém-ingressos, sempre com validação humana obrigatória.

Além disso, foram mencionadas ferramentas voltadas ao atendimento ao cidadão, como chat inteligente e checklists automatizados, com possibilidade de integração futura a soluções de voz e acessibilidade.

Por fim, foram apresentadas as consultorias contratadas por meio de acordo com a UNESCO, destacando-se estudos relacionados à SETEL, às infovias, ao arcabouço postal e ao Programa Nacional de Inclusão Digital, sendo informado que a maioria dos trabalhos já se encontra concluída, com exceção de uma consultoria em fase final de execução.

O Sr. Gil Pinto Loja Neto, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, iniciou informando que o principal objetivo da área é consolidar e acompanhar todas as demandas recebidas, especialmente aquelas oriundas de órgãos de controle e fiscalização, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público e a Polícia Federal. Até o presente momento, registram-se 255 (duzentos e cinquenta e cinco) demandas atendidas, as quais são devidamente recebidas, tratadas e encaminhadas. Foi destacado que demandas eventuais continuam ocorrendo, porém em volume significativamente menor.

Foi ressaltada, ainda, a realização contínua de reuniões de alinhamento com órgãos de controle. Informou-se que, somente no presente exercício, foram realizadas 74 (setenta e quatro) reuniões, com participação direta do expositor em todas elas.

Como ponto de destaque, foi mencionado o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a CGU, o qual já se encontra em fase de implementação. Informou-se também que houve reunião com representantes da Anatel, visando à assinatura de acordo semelhante, sendo o acordo firmado pelo Ministério o primeiro do gênero, e o da Anatel o segundo. Quando da formalização do referido acordo, haverá participação ministerial no ato de assinatura, oportunamente.

Foram apresentados avanços relacionados à transparência ativa, bem como ao trabalho desempenhado pela Ouvidoria, que tem prestado relevante apoio às atividades de monitoramento. Registrou-se o cumprimento integral das metas de monitoramento, alcançando 100% de execução.

Destacaram-se, ainda, ações realizadas no âmbito da Esplanada dos Ministérios, bem como a conclusão, no presente ano, dos processos relacionados às empresas Algar e Sercomtel, finalizando, assim, os encaminhamentos envolvendo as cinco empresas de telefonia. Ressaltou-se que, até o encerramento do exercício de dezembro, permanecem apenas os processos já em fase de conclusão.

No que se refere às ações institucionais, foi enfatizada a manutenção de 100% das iniciativas de transparência ativa e a realização do Fórum do Ministério das Comunicações, o qual teve repercussão extremamente positiva. Registrou-se que, a partir dessa edição, houve participação direta de Ministros, fato inédito até então, passando tal prática a ser adotada de forma recorrente.

Foi mencionada, ainda, a autorização e o acompanhamento das câmaras consensuais, com destaque para o caso da Sercomtel, que se encontra em fase final de autocomposição. Informou-se que, após a assinatura do termo correspondente, o processo será encaminhado ao Plenário do TCU para julgamento, seguido de manifestação da AGU e posterior retorno ao Ministério para assinatura ministerial.

Por fim, tratou-se da portaria que altera a Política de Governança do Ministério, especialmente no que se refere ao eixo de integridade. Foi registrado que, após diálogo com a CGU, restou recomendado manter e ampliar as ações previstas, em razão da implementação do índice de maturidade em integridade. Destacou-se a necessidade de atualização normativa, com a reinserção e inclusão de ações alinhadas aos novos normativos publicados no período de novembro e dezembro, incluindo previsões relativas a contratações acima de determinados valores, ainda que não haja casos concretos no momento, de modo a assegurar conformidade e alinhamento institucional.

O Sr. Bruno Dantas Faria Affonso, Ouvidor, enfatizou que a Ouvidoria do MCom constitui unidade setorial integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Ressaltou-se que a supervisão técnica, a orientação normativa e o acompanhamento dos indicadores da Ouvidoria são realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU), a qual mantém monitoramento constante das atividades desenvolvidas, bem como comunicação frequente por meio de orientações e trocas técnicas

permanentes.

Em atendimento à estrutura previamente definida, conforme orientação da Chefia de Gabinete, esclareceu-se que a exposição visava responder de forma objetiva às duas questões propostas, iniciando-se pela análise de como as políticas públicas do Ministério impactam a população sob a ótica da Ouvidoria. Nesse sentido, foi informado que a Ouvidoria Setorial atua como porta de entrada do usuário das políticas públicas do Ministério das Comunicações, recebendo diversos tipos de manifestações oriundas da sociedade.

Apresentaram-se dados consolidados referentes ao ano de 2025, até a quinta-feira anterior à reunião, totalizando 1.023 (um mil vinte e três) manifestações de ouvidoria. Informou-se que a maior parte dessas manifestações já foi respondida, havendo ainda algumas em fase de tratamento, bem como aproximadamente 20% arquivadas, em razão de insuficiência de dados, incompreensão do pedido ou ausência de competência do Ministério para a respectiva resposta.

No tocante à distribuição estatística das manifestações, foi destacado o reduzido número de elogios recebidos ao longo do período, totalizando 11 (onze) registros no ano de 2025. Ressaltou-se que tal quantitativo não reflete a qualidade das políticas públicas entregues pelo Ministério. Foi esclarecido que, desses elogios, a maioria esteve relacionada ao Espaço do Radiodifusor, sendo os demais direcionados à própria Ouvidoria. Nesse contexto, apontou-se a existência de significativa oportunidade de ampliação da coleta de elogios, tanto por meio do Espaço do Radiodifusor quanto por outras iniciativas que impactam diretamente a população, como os centros de condicionamento de computadores. Enfatizou-se que a ampliação desses registros constitui um ativo relevante para a divulgação e demonstração dos resultados das políticas públicas, havendo potencial para que o Ministério se destaque positivamente em comparação a outros órgãos da administração pública federal.

No que se refere às denúncias, foi informado que o principal tema recorrente está relacionado à área de radiodifusão. Explicou-se que tal cenário decorre do fato de a radiodifusão representar a política pública com maior contato direto com a população, em virtude das outorgas concedidas e do relacionamento contínuo entre os outorgados e o Ministério. Foram citados, como exemplos, casos de outorgas não operadas ou abandonadas, operação em frequência diversa da autorizada e desvirtuamento de rádios comunitárias para fins comerciais.

Destacou-se, ainda, que o MCom se tornou referência, no âmbito da Esplanada dos Ministérios, no tratamento de denúncias em áreas finalísticas, em razão do desenvolvimento de metodologia própria de análise prévia das denúncias e de encaminhamento estruturado às áreas responsáveis pela fiscalização. Mencionou-se, nesse contexto, a atuação conjunta com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por meio de convênio específico, para viabilizar a fiscalização direta.

Por fim, quanto às manifestações de natureza interna, registrou-se que o maior volume de denúncias refere-se a casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação. Foi observado que esse cenário vem sendo gradualmente modificado, tendo sido mais crítico em períodos anteriores, conforme avaliação apresentada.

O Sr. Kleber Watanabe Cunha Martins, Corregedor, apresentou as ações preventivas implementadas nos últimos dois anos, desenvolvidas com o apoio e a participação ativa das instâncias competentes, notadamente as comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), a Corregedoria da CIE e a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP). Destacou-se a existência de um núcleo específico voltado ao enfrentamento dessas matérias, com avanços graduais no tratamento das ocorrências.

Na sequência, foi apresentado o ranqueamento das manifestações por assunto, sendo destacado que o tema “comunicações” ocupa o primeiro lugar. Nesse contexto, ressaltou-se o elevado número de denúncias relacionadas à programação de rádio e televisão. Esclareceu-se, entretanto, que tais matérias extrapolam a competência regulatória do Ministério das Comunicações. Informou-se que, para esses casos, foi estabelecida parceria com as áreas finalísticas, visando à elaboração de respostas padronizadas, com o apoio da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Consultoria Jurídica (Conjur), no sentido de esclarecer que a avaliação de eventual dano moral decorrente de conteúdo veiculado é atribuição do Poder Judiciário.

Foi destacado, ainda, que a resolutividade da Corregedoria figura entre as mais elevadas da Esplanada dos Ministérios. Ressaltou-se que, sob a ótica do cidadão, em aproximadamente 99,88% dos

casos, as demandas formuladas foram devidamente atendidas, indicador considerado extremamente positivo e comparável, em termos de percepção do usuário, a plataformas de mediação da iniciativa privada.

Em resposta ao questionamento acerca do legado institucional, foram elencadas diversas iniciativas estruturantes. Destacou-se a regulamentação do processo de pedidos de acesso à informação, demanda expressiva no âmbito do Ministério, com impacto relevante especialmente para a área da ETEI. Foi mencionada a edição de portaria específica para disciplinar a matéria. Ademais, registrou-se a atualização da Carta de Serviços do Ministério, anteriormente desatualizada desde 2015, referente à antiga estrutura do órgão. Informou-se que, após o processo de revisão, todos os serviços prestados pelo Ministério encontram-se devidamente atualizados no portal GOV.BR, representando avanço significativo em termos de cidadania digital.

Também foi apresentado o protocolo de atendimento a mulheres vítimas de assédio, baseado na diretriz de que mulheres sejam atendidas por outras mulheres, medida que contribuiu para a redução da evasão de denúncias e para o fortalecimento da confiança no canal de ouvidoria. Informou-se, ainda, a implementação da sistemática de respostas padronizadas, que permite à Ouvidoria responder diretamente a demandas repetitivas previamente normatizadas em conjunto com as áreas responsáveis, sem a necessidade de acionamento recorrente das unidades finalísticas.

No âmbito da gestão de denúncias, destacou-se que, em razão da experiência acumulada e do reconhecimento da Ouvidoria-Geral da União, a Ouvidoria do Ministério das Comunicações passou a presidir o Grupo de Trabalho de Gestão de Denúncias da Rede Nacional de Ouvidorias. Ressaltou-se que o referido grupo tem como objetivo a construção de modelos e normas padronizadas de aplicação interfederativa, com impacto para estados, municípios e Distrito Federal.

Foi informado, ainda, que a Ouvidoria participa dos testes do novo sistema de coleta de manifestações, o Fala.BR, atuando como unidade usuária e testadora, com a finalidade de fornecer feedbacks e contribuir para o aperfeiçoamento do sistema, tanto para os usuários internos quanto, principalmente, para os cidadãos.

No que se refere à Lei de Acesso à Informação (LAI), esclareceu-se que a AECI exerce, por força legal, a função de autoridade de monitoramento. Informou-se que não há pendências relevantes ou conflitos em aberto, estando os relatórios de acompanhamento com índice de conformidade integral.

Por fim, foi apresentada sugestão para a realização de experiência piloto de “ouvidoria itinerante”, com a presença do Ouvidor em eventos institucionais e atos de entrega de políticas públicas. Destacou-se que a iniciativa pode ampliar significativamente a coleta de manifestações, especialmente elogios, uma vez que o uso de formulários formais integrados ao sistema Fala.BR gera estatísticas oficiais e aproxima a Ouvidoria da população.

DELIBERAÇÕES

Deliberou-se, com foco nas políticas públicas que norteiam as relações institucionais no âmbito do Ministério das Comunicações, que as Secretarias Finalísticas de Telecomunicações - SETEL e de Radiodifusão - SERAD deveriam realizar uma apresentação mais objetiva e concisa, tendo em vista a reunião presidencial que seria realizada na quarta-feira subsequente.

ENCERRAMENTO

Sem mais considerações, discussões ou deliberações pelos membros do Comitê, o Sr. Frederico Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações, e a Sra. Sônia Faustino Mendes, Secretária-Executiva, agradeceram aos membros e demais convidados presentes, encerrando a 4ª Reunião Ordinária do Comitê Ministerial de Governança - CMG em 2025 às 14h.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes, Secretária-Executiva**, em 08/01/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Brito Portal e Silva, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração substituto**, em 09/01/2026, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Radiodifusão**, em 12/01/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Cosmo Lucena, Subsecretário de Tecnologia da Informação substituto**, em 12/01/2026, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/01/2026, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Stanzani, Secretário de Telecomunicações substituto**, em 14/01/2026, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **13066270** e o código CRC **4EDA67B2**.